

deveres individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos; partidos políticos. 3. Os poderes do Estado e as respectivas funções. 4. Hierarquia das normas. 5. Organização político-administrativa do Estado: Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 6. Administração pública: disposições gerais; princípios. 7. Participação social e governança institucional, funcionamento em Rede e parceria com a sociedade civil.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA TODAS AS ÁREAS DE ATUAÇÃO - NÍVEL SUPERIOR

1. Conceitos e Legislação Aplicada ao Patrimônio Cultural-1. Noções sobre história política, econômica e social do Brasil. 2. Noções sobre história e institucionalização do patrimônio cultural no Brasil, com ênfase na trajetória do IPHAN. 3. Legislação brasileira básica sobre proteção e salvaguarda de bens culturais: Constituição do Brasil de 1988 (artigos 20, 23, 24, 30, 215 e 216); Decreto-Lei 25/37 - organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Lei 3924/61 - dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos; Lei 4845/65 - proíbe a saída, para o exterior, de obras de artes e ofícios produzidos no País, até o fim do período monárquico; Decreto 3551/2000 - Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências. Lei nº 9.605/1998 - Crimes ambientais (artigos 62, 63, 64, 65). Decreto nº 6.844 - Reestruturação do IPHAN.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO - NÍVEL SUPERIOR

1. LOGÍSTICA, CONVÊNIOS E CONTRATOS (101)-1. Noções de Direito Administrativo: princípios informativos. 2. Organização administrativa: noções gerais da administração pública. 3. Logística: Conceitos de logística e gerenciamento de cadeias de suprimento. 3.1. Planejamento Estratégico e Indicadores na Logística. 3.3. Custos Logísticos. 4. Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores. 4.1. Licitações: modalidades, tipos, procedimento, dispensa e inexigibilidade, homologação e adjudicação, anulação e revogação. 4.2. Lei nº 12.462/2011 - Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC); Decreto nº 7.581/2011 e Decreto nº 8.080/2013 - regulamentam o RDC. 5. Legislação pertinente a compras e contratação de serviços na Administração pública. 5.1. Pregão. 5.2. Sistema de registro de preços. 6. Controle interno e externo da administração pública. 7. Fatos jurídicos, negócio jurídico, atos jurídicos lícitos, atos ilícitos. 8. Prescrição e decadência. 9. Prova. 10. Obrigações: modalidades das obrigações, transmissão das obrigações, adimplemento e extinção das obrigações, inadimplemento das obrigações. 11. Contratos: noções gerais, elementos, espécies, requisitos de validade e rescisão. 12. Atos unilaterais. 13. Responsabilidade civil. 14. Convênios na Administração pública - Decreto nº 6.170/07. 14.1. Celebração de convênios. 14.2. Prestação de contas em convênios. 15. Legislação pertinente: Lei 4.320/64. Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do distrito federal. 16. Orçamento Público: conceitos e princípios. 16.1. Orçamento público no Brasil. 16.2. Orçamento-Programa. 16.3. Planejamento no Orçamento-Programa. 16.4. Orçamento na Constituição de 1988: Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual; Plano Plurianual. 16.5. O ciclo orçamentário. 17. Conceituação e classificação da Receita Pública. 17.1. Classificação orçamentária da receita pública por categoria econômica no Brasil. 17.2. Classificação dos Gastos Públicos segundo a finalidade, natureza e agente (classificação funcional e econômica). 17.3. Tipos de Créditos Orçamentários. 17.4. Contas dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial. 18. Lei 4.320/64. Da Proposta Orçamentária; Da elaboração da Lei de Orçamento; Do Exercício Financeiro. Convênios. 19. Sistemas corporativos SIAFI e SICONS. 20. Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000.

2. ARQUEOLOGIA (102)-1. Arqueologia: teoria, métodos e técnicas: A Arqueologia no campo das ciências humanas, conceitos e objetivos. Correntes teóricas e interdisciplinaridade em Arqueologia. Tipos de sítios arqueológicos e cultura material associada. O projeto de pesquisa em arqueologia: a pesquisa prévia ao campo e o trabalho de campo. Perspectivas Teóricas. Métodos e técnicas de levantamento, prospecção e escavação. Sistemas de Informação aplicados à Arqueologia. Registro documental. Métodos de datação e obtenção de cronologia relativa e absoluta. O trabalho de laboratório em Arqueologia, o tratamento do material arqueológico: sistemas de classificação e análises tecno-tipológicas e funcionais da cultura material. Conservação de sítios e materiais arqueológicos. Curadoria de coleções arqueológicas. 2. Panorama da Arqueologia Brasileira: Perspectiva histórica da Arqueologia no Brasil. O estado da arte das pesquisas sobre a história pré-colonial no país. O desenvolvimento da Arqueologia Histórica. Os principais desafios da Etnoarqueologia no Brasil. O campo da Arqueologia Subaquática. A formação de arqueólogos no Brasil. 3. Arqueologia no Âmbito do Licenciamento Ambiental: A Arqueologia Preventiva no Brasil. Princípios fundamentais do direito ambiental relacionados à avaliação de impacto ao patrimônio cultural. Documentos sobre estudos ambientais (EIA, RIMA, RAP, etc.). Avaliação dos impactos sobre o patrimônio arqueológico. 4. O Estado e a Gestão do Patrimônio Arqueológico: O Iphan: sua história no campo da preservação do patrimônio arqueológico. Legislação e normas: Constituição Federal/ 1988 - Artigos: 20, 23, 24, 30, 216, 225. Lei nº 3.924/61. Portaria Sphan nº 07/88. Portarias Iphan nº 230/2002, 28/2003 e 241/1998. Decreto-Lei nº 25/37. Decreto nº 72.312/73. Decreto nº 3.166/99. Lei nº 9.605/98. Lei nº 10.166/00. Cartas Patrimoniais. Resoluções Conama. 5. O Patrimônio Arqueológico e a Sociedade: As comunidades locais e o patrimônio arqueológico. Arqueologia Pública. O turismo arqueológico. Educação Patrimonial e Arqueologia. O papel da Educação Patrimonial no âmbito dos Projetos de Arqueologia Preventiva. 6. Ética e Arqueologia: A responsabilidade social do arqueólogo. Arqueologia nos Projetos de Desenvolvimento. Restos Humanos e Arqueologia. O tráfico de bens arqueológicos.

3. ARQUITETURA OU ENGENHARIA CIVIL (103)-1. Legislação e gestão do patrimônio cultural: Constituição Brasileira - Capítulos sobre o uso do solo urbano, função social da propriedade e patrimônio (20, 23, 24, 30, 182, 183, 215, 216); Decreto-lei nº 25/37; Lei 6.766 e suas modificações; Lei nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade; Lei 9.605/98 - de Crimes Ambientais (artigos 62, 63, 64 e 65); Normas brasileiras referentes à arquitetura; Cartas Patrimoniais referentes ao patrimônio arquitetônico, urbanístico e paisagístico: Carta de Veneza (conservação e restauração de monumentos), Declaração de Estocolmo (ambiente humano), Convenção de Paris (Patrimônio Mundial), Carta de Washington (cidades históricas), Carta de Petrópolis (Centros Históricos); Carta de Nara e Carta de Brasília (autenticidade); Lei nº 11977/2009 (Capítulo III, Seções I a III, referentes à regularização fundiária urbana); Portaria IPHAN nº 127 de 30 de abril de 2009 (paisagem cultural), Portaria IPHAN nº 187/2010 (Fiscalização do patrimônio cultural); Portaria IPHAN nº 420/2010 (aprovação de projetos). 2. Arquitetura, Urbanismo e Engenharia na Prática Patrimonial: Conceitos básicos de restauração; Intervenções em edifícios e conjuntos urbanos tombados; Levantamento arquitetônico; Diagnóstico do estado de conservação; Projeto de restauração (metodologia, justificativa conceitual, especificações técnicas); Projetos de estruturas tradicionais e contemporâneas em concreto, metálica, madeira, pedra e terra; Sistemas construtivos tradicionais e contemporâneos; Tecnologia das construções tradicionais e contemporâneas, Patologia dos materiais de construção civil e das construções; Métodos e materiais utilizados em restaurações/consolidações e conservação de edificações; Restauração e conservação de bens móveis e integrados; conceitos de jardins e parques históricos, conservação e restauração de jardins e parques históricos. 3. Materiais de construção civil: resistência dos materiais de construção civil; tecnologia dos materiais de construção civil. 4. Avaliação de obras e edifícios: Vistoria e perícia de obras e de edifícios; Controle tecnológico (instrumentação estática e dinâmica, ensaios laboratoriais e testes). 5. Projeto de obras de construção civil: Levantamentos topográficos; Sondagem geotécnica; Estabilidade de taludes de corte e aterro; Projetos de arquitetura e paisagismo; Projetos estruturais. Projetos de instalações hidráulicas, sanitárias e drenagem de águas pluviais; Projeto de instalações elétricas, eletrônicas e telefonia; Projeto

de instalações mecânicas e utilidades; Projeto de prevenção e combate a incêndio; Sistemas de prevenção de descargas atmosféricas; Especificações técnicas, memorial descritivo e caderno de encargos; Compatibilização de projetos; Fiscalização e análise de projetos. 6. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos públicos: Soluções arquitetônicas para acessibilidade de edifícios de uso público e coletivo; Conceito de desenho universal; Normas e legislação sobre acessibilidade (ABNT-NBR 9050 e Decreto nº 5296/2004); Acessibilidade a edificações e espaços públicos em sítios tombados (Instrução Normativa IPHAN nº 01/2003). 7. Planejamento de obras de construção civil: programação e controle de obras; engenharia de custos, orçamento e composição de custos diretos e indiretos (BDI); levantamento de quantidades. Planejamento e cronograma físico-financeiro. 8. Licitação de obras públicas: 8.1. Projeto básico e projeto executivo. 8.2. Orçamento de referência para licitação; Decreto nº 7983/2013. 8.3. Contratos e aditivos. 8.4. Lei nº 8.666/93 - institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; Lei nº 12.462/2011 - Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC); Decreto nº 7.581/2011 e Decreto nº 8.080/2013 - regulamentam o RDC. 9. Execução de obras de construção civil e de restauração de edificações e conjuntos urbanos: Documentação e registro de obra; Instalação e organização de canteiro de obras; Locação de obra; Fiscalização de obras; Sondagens; Escoramentos, Demolições e Remoções, Fundações, Escavações, Arrimos e contenções de terra, Estruturas autônomas e autoportantes, Vedações, Obras de restauração, conservação e adaptação em edifícios e conjuntos urbanos tombados; Elementos estruturais (arcos, abóbadas, cunhais, consolos); Coberturas, Forros, Pisos, Revestimentos, Isolamentos termo-acústico, Pinturas e Tratamentos (limpeza, impermeabilização, descupinização, anticorrosivos), Instalações Prediais, Recuperação de estruturas e de edificações. Agenciamento paisagístico; Aproveitamento de resíduos e sustentabilidade na construção (Instrução Normativa MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 - dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal); Segurança do trabalho: normas regulamentadoras de segurança do trabalho. Responsabilidade técnica.

REQUERIMENTO DE VAGA COMO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

ANEXO V - MODELO DE REQUERIMENTO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU QUE TÊM NECESSIDADES ESPECIAIS

O (A) candidato(a) _____, CPF nº _____, Inscrição nº _____, candidato(a) ao Processo Seletivo Simplificado do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN para contratação do quadro de pessoal, visando o preenchimento de vagas em áreas de atuação por tempo determinado de profissionais de nível superior, com lotação nas Unidades do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN para o emprego temporário de _____, código _____, regido pelo Edital nº 1 do Processo Seletivo Simplificado 1/2013 - IPHAN, de 16 de outubro de 2013, vem requerer vaga especial para pessoa com deficiência.

Nessa ocasião, o(a) referido(a) candidato(a) apresenta laudo médico com a respectiva Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), no qual constam os seguintes dados:

Tipo de deficiência que possui: _____.

Código correspondente da (CID): _____.

Nome e número de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) do médico responsável pelo laudo: _____.

Observação: não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, tais como, miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres. Ao assinar este requerimento, o(a) candidato(a) declara sua expressa concordância em relação ao enquadramento de sua situação, nos termos do Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 3 de dezembro de 2004, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não homologação de sua situação, por ocasião da realização da perícia médica.

REQUERIMENTO DE PROVA ESPECIAL E(OU) TRATAMENTO ESPECIAL

O(A) candidato(a) _____, CPF nº _____, Inscrição nº _____, candidato(a) ao Processo Seletivo Simplificado do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN para contratação do quadro de pessoal, visando o preenchimento de vagas em áreas de atuação por tempo determinado de profissionais de nível superior, com lotação nas Unidades do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN para o emprego temporário de _____, código _____, regido pelo Edital nº 1 do Processo Seletivo Simplificado 1/2013 - IPHAN, de 16 de outubro de 2013, vem requerer atendimento especial no dia da aplicação da prova conforme a seguir.

No quadro a seguir selecione o tipo de prova e (ou) o(s) tratamento(s) especial(is) necessário(s).

1. Necessidades físicas:

() sala térrea (dificuldade para locomoção)

() sala individual (candidato com doença contagiosa / outras). Especificar _____.

() mesa para cadeira de rodas

() apoio para perna

() mesa e cadeira separadas

1.1. Auxílio para preenchimento

() dificuldade/impossibilidade de escrever

() da folha de respostas da prova objetiva

1.2. Auxílio para leitura (ledor)

() dislexia

() tetraplegia

2. Necessidades visuais (cego ou pessoa com baixa visão)

() auxílio na leitura da prova (ledor)

() prova em braille

() prova ampliada (fonte entre 14 e 16)

() prova superampliada (fonte 28)

3. Necessidades auditivas (perda total ou parcial da audição)

() intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

() leitura labial

() uso de aparelho auditivo - mediante justificativa médica

4. Outros

() Tempo Adicional - mediante justificativa médica

5. Amamentação

() sala para amamentação (candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê)

_____, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do(a) candidato(a)